

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de 5 novas licenças de 12 meses, com direito a atualizações, do *software* Camtasia, já utilizado pela instituição.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A cada ano, cresce a demanda pela comunicação de conteúdo realizada virtualmente, mediante ferramentas digitais. Além da economia em deslocamento, na contratação de cursos, entre outros, o ensino a distância também confere mais agilidade e alcance de um público maior, impossível de se atender presencialmente.

No entanto, para que seja eficiente no que se propõe, é importante buscar as ferramentas disponíveis para que o ensino aprendizagem seja efetivo e condizente com as demandas que o público hoje apresenta. O conteúdo em EAD, cada vez mais utilizado no Tribunal, deve ser interessante, versátil, motivador e abarcar as ferramentas de ensino-aprendizagem mais modernas e atuais.

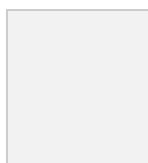
O software Camtasia tem sido usado pelo Tribunal há pelos menos 6 anos para a criação de tutoriais, apresentações de slides, videoaulas e outros projetos institucionais. Trata-se de uma ferramenta que permite gravar qualquer coisa da tela do computador e transformar em um vídeo com qualidade profissional. Apesar de ser um programa que conta com recursos avançados, trata-se de um software intuitivo e simples de usar, que oferece uma ampla variedade de opções para edição e gravação de vídeos.

A última licença adquirida de referida ferramenta expirou em dezembro de 2022. É necessário manter a plataforma atualizada para dar continuidade tanto aos projetos futuros, como aos atualmente em produção.

2.2. Objetivos e Benefícios

Otimização das tarefas relativas à criação e edição de projetos multimídia e EAD, por meio do aplicativo apropriado atualizado, obtendo a continuidade e expansão na agilidade e qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos usuários dessa ferramenta.

- Treinamentos institucionais e cursos modernos e atrativos.
- Criação de vídeos consistentes, que podem ser utilizados em diversos cursos, tutoriais ao público interno e externo, e ainda para divulgação em redes sociais.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

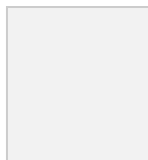
- Inúmeras possibilidades na questão de edição e criação de conteúdos personalizados.
- Comunicação mais impactante com o público, transmitindo conhecimento de forma concisa e visual.
- Criação e desenvolvimento de vídeos envolventes de aparência profissional.
- Aulas e apresentações mais interativas, com capturas de telas reais, contando com gráficos animados, inclusão de texto, áudio e trilhas para exemplificação de conteúdos.
- Continuidade dos projetos desenvolvidos no TRE-SC com o software.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none">● Objetivo estratégico OERS4 “Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade”;● Objetivo estratégico OEAC1 “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas”;● Objetivo estratégico OEAC3 “Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados”.● Iniciativa estratégica “Capacitar e desenvolver juízes eleitorais, gestores e servidores”
PLS	<ul style="list-style-type: none">● Objetivo estratégico: ampliar a tramitação digital de documentos;● Ação estratégica: promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos.
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none">● OE1 “Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário” (Plano Diretor de TIC 2023 – 2024);● OE7 “Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores” (Plano Diretor de TIC 2023 – 2024);● OE4 “Promoção da qualificação e do conhecimento organizacional” (Plano Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas)● IN13 – “Manter parque tecnológico atualizado” (Plano Diretor de TIC 2023 – 2024).

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Documento elaborado e incluído no PAE n. 21.541/2023.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Nova licença para utilização do <i>software</i> pelo período de 12 meses	5	5

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Subscrição, por 12 (doze) meses, de 5 novas licenças do *software* Camtasia para criação e edição de vídeos, com direito a atualizações.

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Parcelamento e Adjudicação

O objeto a ser contratado trata-se de pacote único e indivisível, dessa forma, não há condição técnica para o parcelamento do objeto, devendo a adjudicação dar-se por item a favor de um único licitante.

2.11. Seleção do Fornecedor

Quando da realização do certame, restará vencedora a empresa que apresentar o menor preço para o objeto descrito no subitem 2.8.

2.11.1. Critérios de Habilitação

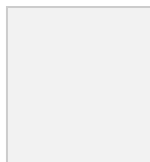
Para a habilitação, o TRE-SC consultará em sítios eletrônicos específicos, a regularidade da empresa junto: a) à Receita Federal do Brasil; b) ao FGTS; e c) aos Débitos Trabalhistas (CNDT/TST).

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006, sendo aplicáveis ao objeto a ser licitado os ditames do Decreto n. 7.174/2010.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Será realizado Pregão Eletrônico, com critério de julgamento Menor Preço, para escolha da empresa contratada.

2.13. Impacto Ambiental

Não se aplica a esta contratação.

2.14. Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Proponente

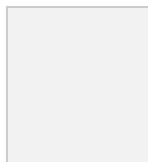
Apresentar proposta compatível com este Projeto Básico.

2.16. Obrigações da Contratante

O TRE-SC deverá receber o objeto entregue pela contratada, bem como realizar o pagamento no prazo fixado neste Projeto Básico e no Edital.

2.17. Obrigações da Contratada

1. Fornecer o objeto no prazo e demais condições estipuladas neste Projeto Básico/ Termo de Referência e em sua proposta;
2. No prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento do Contrato, entregar os produtos na Central de Serviços de TI, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE-SC (rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC), em dia útil, em horário compreendido entre 13 e 19 horas, ou por meio do endereço eletrônico admsuporte@tre-sc.jus.br, com as devidas chaves e senhas para realização do *download*, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
3. Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente, que atestará a regularidade dos mesmos; se constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC;
4. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos de que trata o subitem 3 não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
5. Em caso de substituição dos produtos conforme previsto no subitem 3, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

7. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

O *software* deve apresentar:

- Captura de ações em tela
- Criação e edição de vídeo
- Inserção de elementos gráficos como legendas e *close-caption*
- Zoom para realçar pontos específicos da gravação
- Adição de arquivo de foto/áudio ao vídeo
- Narração de vídeo
- Criação de gráficos com movimento e efeitos visuais
- Ajuste de resolução pelo usuário conforme necessidade
- Compatibilidade com sistema operacional Windows na sua versão mais recente

As subscrições devem garantir ao CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato, direito a atualizações de versão e de segurança, melhoramentos, correções de falha no *software* e acesso à base de conhecimento técnico dos *softwares*.

A CONTRATADA deverá fornecer o direito de atualização das licenças durante todo o prazo de vigência.

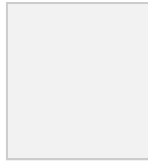
Todas as licenças devem vir com certificação de originalidade.

As licenças deverão ser autossuficientes para cada aquisição/assinatura, isto é, devem permitir a habilitação de todos os recursos a que se referem sem que haja necessidade de novas aquisições.

As licenças de uso e atualizações de versões deverão ter a validade conforme o período previsto na descrição do objeto. As atualizações dentro das versões, manutenções evolutivas ou corretivas, deverão ser automáticas e gratuitas a contar da data de instalação dessas licenças.

Deverá ser fornecida a versão mais recente para todos os *softwares*.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação

3.1.2. Códigos SIASG

27502

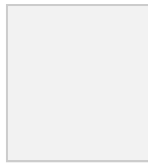
3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o término da vigência da subscrição do *software*, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993. A data de início da contagem do período da subscrição dar-se-á a partir da sua ativação.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em ____ de _____ de _____.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Caberá à pessoa titular da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina (EJESC), ou a quem a substitua, a função de Gestor do Contrato, sendo responsável por gerir a execução contratual, ficando a critério da Administração a composição de equipe de fiscais (demandante, técnico e administrativo) responsáveis por fiscalizar a execução contratual, consoante às atribuições regulamentares constantes da Res. CNJ n. 182/2013. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

A Central de Serviços receberá o objeto e fará a instalação nas máquinas correspondentes. A Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina (EJESC) acompanhará a execução contratual, fazendo anotações que forem pertinentes e comunicando à contratada os problemas eventualmente encontrados.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

No prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento do Contrato, a Contratada deverá entregar os produtos na Central de Serviços de TI, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE-SC (rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC), em dia útil, no horário compreendido entre as 13 e as 19 horas, ou por meio do endereço eletrônico admsuporte@tre-sc.jus.br, com as devidas chaves e senhas para realização do *download*, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

1.3. Instrumentos Formais

O ajuste será firmado por meio de termo contratual.

1.4. Prazos de Garantia

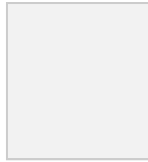
Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

A Gestão do Contrato manterá contato com a Contratada por meio de comunicações registradas em *e-mails* compartilhados entre as partes e, sempre que necessário, contatos telefônicos.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

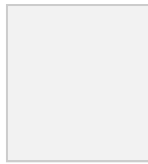
1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

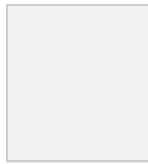
1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.11.2.1.4.

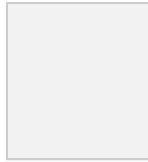
1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência da Presidência do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.